



MINISTÉRIO DA CULTURA
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
GSE/SPOA

Ofício nº 1187/2025/SPOA/GSE/MinC

Brasília, 28 de novembro de 2023.

Ao Senhor

FREDERICO GUIMARÃES CARDOSO

Coordenadora-Geral de Licitações e Contratos

Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 3º andar - Bairro Zona Cívico Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70068-900

Assunto: **URGENTE. Autorização expressa da autoridade competente para
firmatura de Termo de Contrato.**

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
01400.002111/2023-13.

Senhor Coordenador-Geral,

1. Trata-se de pretensa Dispensa de Licitação Emergencial visando à Contratação de prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências, estabelecidas no Termo de Referência Digital 7/2025 (SEI nº2122755).
2. O Ofício nº 15/2025/CLIC/CGLC/SPOA/GSE/MinC (2142522), solicita a **autorização** do início da fase externa da pretensa **Dispensa de Licitação Emergencial** pela autoridade competente, bem como a **assinatura do Aviso de Contratação Direta Emergencial (SEI nº2122764)**, e, se de acordo, **autorizar a abertura da fase externa da Dispensa**, conforme preceitos do artigo 5º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
3. Sendo assim, destacamos alguns pontos importantes para a devida autorização.
 - 3.1. A contratação emergencial não emerge como faculdade da Administração, mas como desdobramento inafastável do princípio da continuidade dos serviços públicos, cuja observância impõe ao gestor a adoção de medidas que assegurem a funcionalidade do aparato estatal, ainda que para tanto seja necessário recorrer a meios excepcionais.
 - 3.2. A ausência de providências tempestivas não se traduziria em mera inércia administrativa, mas sim em omissão qualificada, potencialmente ensejadora de responsabilização pela paralisação indevida de serviços cuja prestação contínua consubstancia verdadeira imposição normativa.

3.3. No caso concreto, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA/MinC), ao assumir formalmente a gestão do Palácio Gustavo Capanema em dezembro de 2024, conforme consignado na Ata de Reunião de 05/12/2024, deparou-se com uma realidade incontornável: a absoluta insuficiência dos postos de trabalho essenciais, cuja manutenção vinha sendo precariamente assegurada por contratos das vinculadas, notadamente Funarte, IPHAN e Biblioteca Nacional, em números incapazes de suprir minimamente a demanda da edificação.

3.4. O Palácio Gustavo Capanema, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), não se configura como uma simples edificação administrativa, mas sim como um centro de referência cultural e patrimonial, abrigando bibliotecas, acervos históricos, salas expositivas, arquivos de valor inestimável, além de setores administrativos ministeriais.

3.5.

3.6. A ausência de serviços de vigilância e brigada de incêndio exporia o prédio não apenas à inviabilização de suas atividades institucionais, mas também ao risco de danos irreparáveis ao patrimônio público e ao acervo cultural que lhe é confiado.

3.7. No mesmo sentido, a ausência de serviços de conservação e limpeza comprometeria a integridade estrutural do edifício, cuja manutenção contínua é imprescindível para evitar deterioração acelerada e consequente majoração dos custos de recuperação futura.

3.8. À época da assunção da gestão pela SPOA/MinC, constatou-se que os postos de trabalho anteriormente mantidos pelas vinculadas eram numericamente insuficientes para garantir a segurança, a conservação e a funcionalidade do edifício.

3.9. No que tange à vigilância patrimonial, havia um quantitativo reduzidíssimo de agentes em regime intermitente, absolutamente inadequado para atender a um prédio de 16 pavimentos e intensa circulação de pessoas.

3.10. Situação análoga ocorria nos serviços de limpeza e conservação, que vinham sendo prestados de forma descontínua e com efetivo drasticamente reduzido, incompatível com a necessidade de manutenção de um imóvel dessa envergadura e finalidade.

3.11.

3.12. O próprio serviço de brigada de incêndio, essencial à prevenção de riscos e à segurança operacional do espaço, era insuficiente ao ponto de comprometer a regularidade das atividades desenvolvidas no interior do edifício.

3.13. Diante desse cenário, e em observância à legalidade estrita e ao princípio da juridicidade, a SPOA/MinC já instaurou os certames licitatórios necessários à regularização definitiva da prestação dos serviços essenciais, garantindo a transição para um modelo permanente e juridicamente consolidado. Atualmente, encontram-se em tramitação os procedimentos administrativos destinados à contratação dos serviços estruturantes do edifício, conforme os seguintes processos:

I - Brigada de Incêndio (01400.001413/2025-28);

II - Serviço de Vigilância (01400.001390/2025-51);

III - Serviço de Limpeza e Conservação (01400.003730/2025-89).

3.14. Ocorre, entretanto, que os certames licitatórios, por sua própria natureza, estão sujeitos a impugnações, recursos administrativos e

questionamentos judiciais, circunstâncias inerentes ao regime concorrencial que poderiam, por razões alheias à atuação administrativa, comprometer a imediata implementação dos contratos definitivos.

3.15. A Administração não pode submeter-se passivamente ao tempo burocrático do procedimento licitatório, negligenciando a iminência de um colapso operacional previsível e inevitável caso não fossem adotadas medidas de urgência.

3.16. Diante desse cenário, a contratação emergencial não se revelou uma simples conveniência administrativa, mas um dever jurídico vinculado, necessário não apenas para impedir uma eventual paralisação dos serviços essenciais, mas também para sanar, com a urgência que a situação exige, a insuficiência de prestadores desses serviços, conforme demonstrado no item 3.3. A postergação dessas medidas comprometeria a segurança e a integridade operacional do Palácio Gustavo Capanema, além de gerar potenciais prejuízos ao erário, na medida em que a deterioração dos bens públicos e a descontinuidade dos serviços essenciais demandariam, futuramente, custos ainda maiores para regularização. Assim, a imediata regularização dos postos de trabalho essenciais não apenas resguarda a funcionalidade do espaço, mas também se traduz em uma decisão administrativa amparada nos princípios da economicidade e da eficiência.

3.17. A vinculação da Administração ao princípio da continuidade dos serviços públicos é imperativa e não comporta relativizações. A ausência de prestação dos serviços essenciais configuraria omissão administrativa grave, apta a comprometer a integridade do patrimônio público e a segurança das pessoas que circulam no edifício.

3.18. A segurança patrimonial e a proteção contra incêndios não são aspectos acessórios da gestão pública, mas sim elementos estruturais da própria manutenção da ordem administrativa e da preservação do interesse público primário.

3.19. A eventual paralisação da vigilância no Palácio Gustavo Capanema, ainda que temporária, ampliaria exponencialmente os riscos de depredação, invasões e atos ilícitos, comprometendo a regularidade da ocupação e, por consequência, a finalidade institucional do imóvel.

3.20. Não se pode perder de vista que, no contexto da realidade operacional das contratações públicas, a postergação das providências necessárias não apenas comprometeria a funcionalidade do edifício, mas imporá custos ainda mais elevados ao erário.

3.21. O abandono temporário da higienização e da conservação predial acentuaria processos de degradação, exigindo, a posteriori, despesas significativamente superiores para reparação da estrutura física do prédio e restauração de bens eventualmente afetados.

3.22. A Administração deve atuar não apenas sob a ótica da conformidade legal, mas também sob a lente da racionalidade econômica, de modo que o custo da omissão se revele sempre superior ao custo da ação preventiva.

3.23. A Administração Pública não pode se escusar de agir sob o pretexto de um procedimento licitatório que, por sua própria natureza, se prolonga no tempo e está sujeito a intercorrências naturais do regime concorrencial. A legalidade administrativa não pode ser compreendida de maneira fragmentada, devendo ser interpretada de forma harmônica e integrada, de modo a evitar que a rigidez normativa inviabilize a própria finalidade do ordenamento jurídico.

3.24. Assim, reafirma-se que a contratação emergencial não foi, meramente, o exercício de uma opção discricionária, mas um imperativo jurídico, decorrente da necessidade inadiável de garantir a integridade dos serviços essenciais e a proteção

do patrimônio público sob gestão do Ministério da Cultura.

3.25. A decisão do SPOA/MinC fundamenta-se nos princípios da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, economicidade e responsabilidade na gestão pública, visando não apenas impedir uma eventual paralisação dos serviços essenciais, mas sanar, com a urgência necessária, a insuficiência operacional já diagnosticada. A omissão administrativa comprometeria a funcionalidade do Palácio Gustavo Capanema, a integridade de seus bens e acervos e a segurança das atividades desempenhadas no local, além de acarretar custos futuros significativamente superiores ao erário.

3.26. A medida adotada atende ao princípio da eficiência, pois minimiza custos, reduz riscos e assegura a continuidade dos serviços essenciais, e ao princípio da economicidade, prevenindo despesas futuras significativamente superiores decorrentes da deterioração patrimonial. Além disso, a previsibilidade dos impactos da insuficiência operacional impunha à Administração a adoção de medidas tempestivas, sob pena de expor o patrimônio público a danos amplificados.

4. Considerando os apontamentos mencionados acima, **autorizo** o início da fase externa da pretensão **Dispensa de Licitação Emergencial nº 90002/2025**, devidamente assinado para continuidade do pleito, conforme preceitos do artigo 5º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

5. Em tempo, a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, conforme Aviso de Contratação direta (2142909), pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com atendimento da IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa, conforme abertura para lances prevista para o dia 07/03/2025 das 08h às 14h00, de acordo com os preceitos do artigo 5º da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021"

Atenciosamente,

BRUNO HENRIQUE LINS DUARTE

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Henrique Lins Duarte, Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração**, em 28/02/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2142880** e o código CRC **5946BFD5**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01400.001716/2025-41

SEI nº 2142880